



# WRM BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



número 120 - Julho 2007

## NOSSA OPINIÃO

- Décimo aniversário do boletim: muito obrigado a tod@s!

## COMUNIDADES E FLORESTAS

- Bolívia: os povos amazônicos discutem seu futuro
- África Central: desmatamento leva HIV/ AIDS a comunidades indígenas, especialmente, às mulheres
- Ecuador: povos indígenas à beira da extinção pela atividade madeireira ilegal
- Índia: um plano para a indústria tomar posse das terras florestais
- Dia da Defesa do Manque (26 de julho)- Um apelo global à ação

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Benin: plantações de dendê em grande escala para agrocombustíveis
- Brasil: Povos Indígenas reiniciam ações para reaverem suas terras da Aracruz
- Chile: as patas curtas da mentira florestal
- República do Congo: milhares de hectares de terras para eucaliptos, dendezeiros e mineração
- Indonésia: agrocombustível de dendezeiro- os pobres o pagam com o aumento dos preços do óleo comestível
- Papua- Nova Guiné: as mulheres, as maiores afetadas pelas plantações de dendezeiros

## NOVAS TENDÊNCIAS

- 'Redução de Emissões por Desmatamento' (REDD): o comércio de carbono pode salvar nossos ecossistemas?
- Vozes do Norte e do Sul contra os agrocombustíveis

## NOSSA OPINIÃO

**- Décimo aniversário do boletim: Muito obrigado a tod@s!**

Com este número, o boletim do WRM completa 10 anos. Este aniversário oferece uma oportunidade para tornarmos visíveis às inúmeras pessoas que, de um jeito ou de outro, têm possibilitado a edição- mês a mês e ano após ano- deste boletim.

Por isso, é importante começarmos dizendo que uma das características mais destacável do boletim é o fato de ser produzido através de uma amplíssima rede de pessoas no mundo todo, dispostas a compartilhar seu conhecimento sobre as realidades tanto locais quanto nacionais e internacionais. Essas contribuições fazem com que o boletim contenha muita informação valiosa e de primeira mão. Poucas dessas pessoas são ou se consideram jornalistas, porém, na realidade exercem- com a maior seriedade- essa função.

Todas essas pessoas, provenientes das mais diversas realidades e culturas, têm em comum uma visão

compartilhada quanto às questões essenciais da vida: os direitos, a equidade, o respeito da natureza, a procura de um futuro melhor para a humanidade. No caso específico das florestas, dividem não apenas a idéia que devem ser protegidas, como também que para isso devem ser necessariamente reconhecidos os direitos dos povos que as habitam e que delas dependem.

Isso explica outra característica do boletim: os artigos nunca são neutros, mas são escritos acompanhando e ao serviço das lutas das pessoas. As informações neles contidas são objetivas, mas @s autor@s não ficam apenas na mera descrição dos acontecimentos, se posicionam do lado de quem defende seus direitos.

O boletim é, portanto, uma ferramenta produzida coletivamente e colocada ao serviço das lutas. Esses- e não a mera divulgação de informações- são os objetivos mais importantes do boletim: a colaboração e o apoio às lutas.

O termo “luta” evoca, em geral, imagens de pessoas mobilizadas por reivindicações concretas. Por exemplo, de moradores locais que se opõem à atividade madeireira em suas florestas ou à instalação de uma barragem ou contra as plantações de eucaliptos. Obviamente, essas lutas são permanentemente visibilizadas e apoiadas desde o boletim.

Mas a palavra “luta” também inclui cenários mais amplos como, por exemplo, a luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e tradicionais, a luta por mudanças nos modelos destruidores de produção e consumo, a luta pela defesa do clima e a biodiversidade e muitas outras.

Em todos os casos, o boletim pretende contribuir com informação e análise sérios e ao mesmo tempo compreensíveis para tod@s, como forma de empoderamento das pessoas. A luta pelas mudanças –tanto no nível local como global- requer que as pessoas estejam bem informadas; é por isso que é essencial que a linguagem da comunicação esteja ao alcance de tod@s, sem que isso implique a perda da profundidade necessária.

É claro que para o boletim ser difundido todos os meses, para as pessoas terem um espaço para compartilhar seu conhecimento, para a linguagem ser compreensível, são necessárias a coordenação e a facilitação. É isso o que fazemos desde o secretariado do WRM e nos sentimos muito honrad@s de poder cumprir com essa tarefa.

Porém, o mérito da qualidade e utilidade do boletim descansa não apenas em aqueles que o facilitam e em aqueles que escrevem os artigos, mas também em seus protagonistas mais importantes: as milhares e milhares de pessoas cujas lutas inspiram e dão vida ao boletim.

A tod@s, muito obrigado!

[início](#)

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### - **Bolívia: os povos amazônicos discutem seu futuro**

Na Bolívia se abriu um espaço para debater as problemáticas e a visão da Amazônia boliviana e devolver aos povos indígenas a dignidade que a conquista lhes roubou.

Em junho, na cidade amazônica de Guayaramerín, o Ministério da Presidência da República da Bolívia organizou o Primeiro Fórum Amazônico denominado “Identidade e Desenvolvimento Macro-regional”. Um dos eixos do debate foi a identidade local e a situação atual dos povos indígenas que representam a maior diversidade étnico-cultural do país e especialmente a crítica realidade dos grupos originários mais vulneráveis, alguns deles muito ameaçados por fortes processos de aculturação e violação de seus direitos humanos, outros em perigo de extinção física e alguns em

situação de isolamento.

Na abertura, Evo Morales Ayma, o primeiro Presidente da Bolívia, nascido no coração das comunidades indígenas originárias, disse perante aproximadamente trezentas pessoas, onde salientava um misturado grupo de dirigentes indígenas e camponeses de toda a Amazônia, que “Defender a Terra é defender a humanidade. Salvar o meio ambiente é salvar a humanidade”.

No dia anterior, povos indígenas e comunidades camponesas da região amazônica estabeleceram em um fórum as diretrizes estratégicas do que acham que deve ser a política de desenvolvimento amazônico, entre cujas fundamentações se afirma que ela “deve basear-se na proteção especial dos povos indígenas em extrema vulnerabilidade, principalmente no caso daqueles que estão em risco de desaparecerem, já que se trata do patrimônio cultural, histórico e étnico da Amazônia”.

As posições se expressaram em uma proposta que denuncia as tentativas das empresas transnacionais de prosseguirem em seu afã de privatizar e monopolizar os recursos naturais da Amazônia, aliando-se agora com os poderes departamentais, representados pelas prefeituras dos departamentos de Beni e Pando.

A proposta também defende o direito dos povos indígenas a uma autonomia territorial e comunal dentro da região considerada como um dos reservatórios de biodiversidade mais importantes do mundo.

Também rejeita a intenção do governo do Brasil de construir mega-barragens na bacia do rio Madera, que colocariam em risco a integridade ambiental e social em grande parte da Amazônia boliviana. O governo brasileiro acaba de outorgar a licença ambiental das barragens Jirau e Santo Antonio, no rio Madeira, contra a posição de representantes do Brasil e da Bolívia de Comunidades, Povos, Organizações Camponesas e pessoas atingidas por barragens, reunidos no “Movimento Social en Defensa de la Cuenca del río Madera y de la Región Amazónica” (Movimento Social em Defesa da Bacia do rio Madeira e da Região Amazônica). O Complexo do rio Madeira é o projeto piloto para a nova gestão do território sul-americano, que visa ao estabelecimento de uma espécie de estado paralelo, com sua soberania privada, suas próprias regras, à margem da soberania das leis nacionais.

O ministro político, Juan Ramón Quintana, salientou na ocasião do evento que, “devem ser os povos indígenas os que, junto com o Estado, administrem a soberania e o controle territorial na Amazônia para acabar com séculos de exploração e discriminação colonial”. Conforme a autoridade, o genocídio e a agressão aos povos indígenas amazônicos foi a ferramenta para a consolidação de interesses econômicos externos à região como os que marcaram a época do auge da borracha em finais do século XIX. Isso se estendeu durante a segunda metade do século XX e começos do XXI, com o desprezo pelo indígena que se projetou sobre a lógica de poder dos “caciques” políticos da direita política vernácula e suas atuais demandas por uma autonomia isolacionista contraposta à demanda dos movimentos indígenas.

“A Amazônia deve transformar-se no fator articulador e integrador de um país diverso como a Bolívia e dentro da Amazônia, os povos indígenas devem atuar na mesma direção para superar as taras feudais e racistas que ainda sobrevivem na região”, disse o ministro Quintana que esteve a cargo da leitura da chamada “Declaração de Guayaramerín” ([http://www.wrm.org.uy/paises/Bolivia/Declaracion\\_Guayaramerin.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Bolivia/Declaracion_Guayaramerin.html) para a página), que encerrou o primeiro fórum amazônico.

Nessa declaração, que foi assinada por todos os presentes no evento, pode ler-se que “deste fórum nasce um processo irreversível que ajudará a fechar as feridas da história, tanto das que enlutaram nossos povos indígenas e comunidades camponesas quanto as que degradaram e saquearam nossa natureza e nossa biodiversidade”. Acrescenta depois que “a partir de hoje, começa uma outra história, a história da dignidade amazônica”.

Artigo baseado em: “Primer Foro Amazónico en Bolivia defendió derechos de los pueblos indígenas más vulnerables

de la región”, Pablo Cingolani, e-mail: [pablocingolani@yahoo.com.ar](mailto:pablocingolani@yahoo.com.ar), enviado pelo autor; “¿Liderazgo sudamericano de Brasil? La aprobación de las represas del río Madera viola los principios para la convivencia pacífica de las naciones”, FOBOMADE, Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo, e-mail: [comunicacion@fobomade.org.bo](mailto:comunicacion@fobomade.org.bo), <http://www.fobomade.org.bo>

início

---

### - África Central: desmatamento leva HIV/ AIDS a comunidades indígenas, especialmente, às mulheres

Os povos indígenas das florestas tropicais da África Central vivem espalhados por toda a região sendo seus grupos identificados por nomes diversos. No total, trata-se de 300.000 a 500.000 integrantes de comunidades que pertencem a vários grupos étnicos caracterizados por sua baixa altura e que são identificados sob o nome genérico de “pigmeus” (vide Boletim N° 119 do WRM). Os povos pigmeus são considerados como habitantes originários do continente e têm vivido como caçadores- coletores nas florestas de Burundi, Camarões, República Democrática do Congo (RDC) e da República do Congo desde tempos imemoriais. Eles têm usufruído de um relacionamento simbiótico com as florestas tropicais das que dependem completamente para seu sustento, práticas medicinais e cultura.

Mas agora, esse equilíbrio delicado pode estar prestes a desaparecer. A caça comercial intensiva, a construção de estradas dentro das florestas decorrente da atividade madeireira, e o desmatamento sistemático têm devastado o rico ecossistema de floresta tropical ameaçando inclusive a existência da comunidade. Conforme a ONG Rainforest Action Network, “Entre 1980 e 1995, a África perdeu mais de 10 por cento de suas florestas- cerca de 150 milhões de acres. Na década de 1990, a taxa de desmatamento aumentou.”

Em consonância com suas tradições, os pigmeus costumavam recorrer às florestas quando adoeciam. Essa relativa auto-confiança tem permitido que muitos grupos permanecessem isolados das principais epidemias que afetaram as comunidades vizinhas, como o cólera, a meningite, ou até o Ebola. No entanto, à medida que as florestas foram dizimadas em decorrência das atividades mineiras e madeireiras, os habitantes originários têm sido empurrados para áreas povoadas a fim de entrarem na economia formal, trabalhando como diaristas ou em granjas comerciais, e assim serem expostos a novas doenças. Esta mudança os levou a ter um contato mais estreito com as comunidades étnicas vizinhas que têm, em geral, níveis maiores do HIV. O HIV/ AIDS tem se espalhado no povo pigmeu.

Pesquisas feitas no Congo e Camarões, nas décadas de 80 e 90, indicaram uma menor prevalência do HIV nos povos pigmeus do que nos seus vizinhos, mas foram registrados aumentos recentes. Um estudo mostrou que a prevalência do HIV entre os pigmeus Baka no leste dos Camarões pulou de 0,7 % em 1993 para 4 % em 2003.

Palestrantes de uma recente conferência realizada em Impfondo, a 800 km da capital do Congo, Brazzaville, observaram que as empobrecidas mulheres do povo pigmeu Twa em Burundi, RDC, Ruanda e outros lugares se voltaram para a prostituição a fim de subsistirem, ignorando a pandemia por não serem cientes dos perigos do sexo sem proteção.

“Em Burundi, quase todas as mulheres indígenas são analfabetas... ignoram o fato de que o HIV/ AIDS pode também atingi-las,” disse Léonard Habimana, o primeiro jornalista Twa de Burundi e o promotor de uma emissora de rádio particular- Rádio Isanganiro- que instrui sobre os perigos das doenças sexualmente transmissíveis, violência sexual e o HIV/ AIDS às comunidades de povos pigmeus.

“Devido à pobreza, a exploração sexual das mulheres indígenas tornou-se um fato comum,” disse Kapupu Diwa- líder de uma rede de comunidades indígenas e locais que defendem o manejo sustentável do ecossistema florestal na África Central.

A prostituição foi agravada pela atividade madeireira e a construção de infra-estrutura que frequentemente translada numerosos grupos de trabalhadores temporários para os acampamentos estabelecidos muito próximos das comunidades de pigmeus.

O mito amplamente difundido de o sexo com as mulheres Twa possibilitar a cura os homens do vírus HIV coloca um risco adicional para as mulheres Twa. Grupos de Direitos Humanos também informaram o abuso sexual generalizado de mulheres indígenas sumidas no conflito do leste da RDC

Apesar desses riscos, os povos pigmeus têm, em geral, escasso acesso aos serviços sanitários e à informação sobre o HIV. Em 2006, a revista médica britânica The Lancet publicou um estudo mostrando que os Twa tinham um acesso pior à assistência sanitária se comparados com as comunidades vizinhas.

Conforme o relatório, "Ainda que as instalações existam, muitas pessoas não as usam porque não podem pagar as consultas nem os remédios; não têm os documentos de identidade necessários para viajarem ou obterem tratamento hospitalar, ou estão sujeitos a um tratamento humilhante e discriminatório."

Article based on: "Minorities Under Siege - Pygmies today in Africa", IRIN, <http://www.irinnews.org/InDepthMain.aspx?InDepthId=9&ReportId=58605>; Central Africa: HIV/AIDS a threat to indigenous forest communities, PlusNews, <http://www.plusnews.org/Report.aspx?ReportId=72155>

[início](#)

---

### **- Equador: povos indígenas à beira da extinção pela atividade madeireira ilegal**

Em 27 de abril de 2007, depois de uma visita à Amazônia, o Presidente da República Ec. Rafael Correa decretou a proibição de extração de madeira na área devido à iminente desaparecimento das florestas nativas do país. Apesar desta declaratória, a extração de cedro no interior do Parque Nacional Yasuní (PNY) e na Zona Intangível continua incontrolável.

O Parque Nacional Yasuní e a Zona Intangível são territórios dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário Tagaeri/Taromenane. A invasão em seu território pelas companhias petrolíferas, madeireiras e turistas tem colocado estes povos à beira da extinção. Várias medidas têm ficado escritas no papel até a data para evitar que isso aconteça, mas não foram implementadas.

Percorrendo a Zona Intangível, membros do Povo Huaorani junto com ativistas de Acción Ecológica, constataram a presença de várias quadrilhas de madeireiros extraindo cedro na espessura da mata. A situação destes homens é tão penosa que não têm outra alternativa que colocar em risco sua vida em troca de poder contar com um ingresso do que sobreviver. Os que se beneficiam e controlam o negócio da madeira do Yasuní não são esses jornaleiros que arriscam sua vida, mas empresários madeireiros que estão com certeza em posições cômodas e influentes manipulando seus fios de poder.

Na Ponte do Rio Shiripuno, canoas de grande calado carregadas com quadrilhas de jornaleiros, armas de fogo, motosserras e mulas, penetram sem dificuldade na mata para extrair pranchas de cedro, madeira muito apreciada por sua qualidade e escassez.

Neste local da Amazônia, as declarações do Presidente nem o Decreto de Delimitação da ZI, nem a proibição que a Ministra do Ambiente decretou em 11 de janeiro de 2007 para o cedro e o mogno não têm peso, porque não há quem possa implementar estas medidas. Até a data não se tem podido concretizar uma coordenação entre as autoridades e ministérios responsáveis, não existem postos de controle nas rodovias, nem na entrada do parque, nem nos portos, o sistema florestal continua sendo deficiente e corrupto e a madeira circula sem impedimentos até Guayaquil para

sua exportação ou para Tulcán para o mercado da Colômbia.

Navegando pelo rio Shiripuno achamos duas canoas grandes que baixavam tranquilamente com seus ocupantes rumo aos acampamentos madeireiros instalados mata adentro. As pegadas da invasão são visíveis, claras no meio da mata: plásticos, lixo, grandes blocos de pranchas de cedro flutuando à beira do rio e semi-escondidos na ribeira.

No rio Cononaco, achou-se uma serraria clandestina; as pranchas estavam empilhadas esperando que “seus donos” viessem recolhê-los. Bem perto desse local aconteceram vários ataques dos Tagaeri/Taromenane para defender seu território das invasões. Apesar do risco de um novo enfrentamento, continua extraindo-se cedro do lugar.

A viagem continuou pelo Shiripuno até chegar à comunidade huaorani de Boanamo. Na frente do cais havia uma canoa onde carregavam pranchas de madeira que chegavam, em uma embarcação menor, pelo estreito rio Boanamo. Três homens desembarcaram a madeira e depois voltaram pelo Boanamo águas acima.

As pessoas de Boanamo disseram que essa madeira a tinha ordenado tirar outro huaorani chamado Ike, da comunidade de Tigüino. Não tinham negociado nada com Boanamo e encarregaram ao guia deste roteiro que quando sair lhe perguntara a Ike se era verdade que a madeira era sua.

Em Boanamo vivem 15 pessoas. O chefe da comunidade é Omayegue; nem ele nem sua mulher falam espanhol. Nenhum dos dois concorda com a extração de madeira de seu território. Durante a tarde e noite que permanecemos na comunidade, falamos com Nantu Guaponi, guia do roteiro, a respeito de seu desacordo com a extração de madeira e sua disposição para achar alternativas econômicas para a comunidade.

Conforme as conversações mantidas nesta comunidade, os Taromenane vivem a poucas horas de caminho desde Boanamo. Omayegue conhece seus caminhos e até costuma passar semanas inteiras percorrendo seu território, da mesma maneira na que tem feito o povo huaorani há milhares de anos.

Subimos 15 minutos pelo boqueirão do Tiwino até achar um acampamento madeireiro habitado, onde vimos roupa pendurada e um fogão. Tinha a cobertura de plástico preto e parecia albergar muitas pessoas. As condições do acampamento eram elementares, apenas se podia apreciar a cobertura levantada com troncos. Sobre o rio e junto ao acampamento havia uma canoa média com tanques de combustível. A 100 metros do acampamento havia uma grande quantia de pranchas semi-escondidas.

De volta, sobre a via Auca não achamos nenhum posto de vigilância para o controle de caminhões carregados que circulam com madeira.

Esses fatos evidenciam que o corte ilegal de cedro é um problema que não tem sido resolvido dentro do Parque Nacional Yasuní, o Território Huaorani e a Zona Intangível. Precisam-se ações urgentes para acabar com essa perigosa ameaça. A situação especial de proteção para a ZI é conhecida por todos os atores (menos pelos povos livres) e ainda assim ninguém a respeita. Também não existe a vontade de fazer respeitar a legislação existente. Como dizem os madeireiros “digam o que dizer em Quito, aqui tudo continua o mesmo”.

Devem adotar-se medidas urgentes que incluam postos de vigilância de entrada ao PNY, postos de controle de madeira, controle permanente de circulação de caminhões, conscientização e alternativas econômicas para as comunidades indígenas envolvidas no tráfico, negociações e possibilidades de trabalho para que os madeireiros que ingressam ao PNY saiam pacificamente, acompanhamento das denúncias apresentadas na Promotoria Pública contra os intermediários, que desemboquem nas lideranças desta máfia.

É muito importante atingir acordos com as populações locais com o objetivo de que elas se transformem nos principais atores envolvidos na manutenção do PNY e seus recursos.

Devem desenvolver-se políticas para a proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário em coordenação com a CONAIE, declarar a ZI como território indígena dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário conservando sua condição de intangibilidade a perpetuidade e proibir medidas que impulsionem o contato.

Além disso, não devem outorgar-se mais licenças para a extração de hidrocarbonetos dentro da reserva da Biosfera Yasuní e a comunidade internacional deveria apoiar a proposta de manter o cru no subsolo no bloco ITT, como o propôs o governo equatoriano.

Por Nathalia Bonilla, Campanha de Florestas, Acción Ecológica, e-mail: [foresta@accionecologica.org](mailto:foresta@accionecologica.org), [www.accionecologica.org](http://www.accionecologica.org)

[início](#)

---

### - Índia: um plano para a indústria tomar posse das terras florestais

Em 2002, conforme o Tenth Plan (Plano Decenal), o governo indiano fixou o objetivo nacional de ter 33 por cento da área geográfica do país sob "cobertura verde" até 2012. Inclusive, o plano foi apresentado como parte do compromisso da Índia com o Objetivo do Milênio sobre sustentabilidade ambiental. Contudo, trata-se de uma invasão industrial das terras florestais destinadas a plantações de árvores.

A proposta parece simples: a Índia tem vastas extensões de terras sem coberta florestal. Essas são terras classificadas como florestas mas estão ficando degradadas. O país precisa plantar árvores. Mas o governo diz que não tem verbas. A indústria diz que precisa de matéria-prima das florestas. E tem o capital para pagar as plantações de árvores e a capacidade tecnológica e gerencial para realizar um reflorestamento maciço. Se as árvores forem plantadas, a população pobre arranjará emprego. É uma opção benéfica para todos e é chamada de parceria de múltiplas partes interessadas para o florestamento.

A proposta foi elaborada em estreita consulta com a indústria, em particular com o setor do papel e da celulose que ao consumir madeira precisa plantar- conforme estimativas, haverá daqui a 10 anos uma demanda de 5-6 milhões de toneladas de papel e papelão. Precisa de 1 a 1,2 milhão de hectares de terras florestais degradadas para obter a matéria-prima. Assim, conseguirá uma vantagem competitiva e isso possibilitará o aumento de participação no mercado global. Se isso acontecer, precisará ainda 1 milhão de ha de terras florestais degradadas para produzir "excedentes" para a exportação. Ela quer áreas vastas e contíguas para poder atingir economias de escala.

A indústria do biodiesel é outro grande protagonista- suas demandas por terras florestais têm sido incessantes. É uma busca desesperada por vastas áreas para plantar oleaginosas. Mais uma vez, a economia ensina que a opção mais barata é estabelecer plantações cativas e isso é o que quer. Grandes protagonistas- Reliance, a britânica D1 Oil bem como a British Petroleum- já estão exercendo forte pressão para a legislação ser modificada, e assim as plantações cativas nas terras florestais serem permitidas

Além disso, existe a possibilidade de ganhar créditos de carbono, já que as árvores sequestram carbono. Nas florestas, há dinheiro. E a indústria o quer.

A indústria solicitou afrouxar as regulamentações um pouco mais. Por exemplo, quer que o critério que estabelece a máxima parcela de terras que pode ser subastada no limite de 50 hectares seja eliminado. "A economia de escala exige que a indústria receba grandes parcelas de terras- de 6.000 a 10.000 ha de terras contíguas," disse David Gardner da consultora Jaakko Poyry. Além disso, a confederação da indústria indiana quer uma isenção de taxas argumentando que "trata-se de retornar o verde ao país e trazer desenvolvimento". Esquece que está comprometendo a geradora de todos os subsídios-terra livre- para financiar seu desenvolvimento.

Existe uma problemática adicional: conforme a legislação existente, a indústria é proibida de estabelecer plantações de árvores em "terras florestais". Uma 'adequada' redefinição de terra florestal ajudaria os proponentes do projeto a seguir em frente. A missão 'o que é uma floresta' começou no ano passado. Um assessor ministerial para esse projeto propôs uma definição de floresta que promete adicionar mais buracos no caminho já esburacado da gestão florestal. A definição diz: "uma área sob controle governamental notificada ou registrada como 'floresta' de acordo com qualquer lei, para conservação e gestão dos recursos ecológicos e biológicos." Essa definição desconsidera as necessidades ecológicas e de sustento das comunidades locais, que vivem nessas terras mas cujos direitos frequentemente não são registrados nem validados.

Muitos, na Índia, sabem que a proposta de aumentar a cobertura de árvores e florestas tem sido incentivada, com o acréscimo, a cada nova ocasião, de algumas mudanças nos detalhes do programa, e com protagonistas cada vez maiores na pugna - a última foi no início de 2000, quando as indústrias Reliance quase conseguem os direitos sobre as florestas de Andhra Pradesh. Em cada ocasião, a proposta foi rejeitada no entendimento de ela não fazer nada em favor da população pobre que depende das florestas e inclusive nada em favor das florestas que pretende proteger.

"As florestas não pertencem nem ao estado nem à indústria e não podem ter dono nem ser comercializadas, disse Shankar Gopalakrishnan da Campanha para a Sobrevivência e a Dignidade, uma organização que reúne grupos de comunidades florestais. Mais de 40 milhões de pessoas dependem das áreas florestais do país, ricas em recursos-- que ocupam cerca de 25 por cento da massa territorial-- para ganhar-se a vida a duras penas com a pastagem de gado, coleta de lenha e a agricultura simples; e elas perderão suas moradias e seu sustento se as grandes corporações entrarem nas florestas e se instalarem nelas.

Para a população que tem uma dependência vital das terras florestais, esse movimento de encerramento poderia ser devastador. Cada vez mais levaria a conflitos entre os mais ricos da região-- menos dependentes dos bens comuns para sobreviver-- que podem dar-se ao luxo de 'aceitar' o controle privado e aqueles sem terra e marginalizados que não têm outra alternativa a não ser usar essas terras.

Artigo baseado em: "Indian plan to lease degraded forests sparks anger", por Nita Bhalla, 29 de junho de 2007, Reuters, <http://www.alertnet.org/thenews/newsdesk/DEL303993.htm>; "Defining forest in Indian context", Archi Rastogi, Down to Earth, <http://www.centralchronicle.com/20070611/1106301.htm>; "Private Affairs", Down to Earth, A [http://www.downtoearth.org.in/section.asp?sec\\_id=9&foldername=20060415](http://www.downtoearth.org.in/section.asp?sec_id=9&foldername=20060415);

[início](#)

---

## **- Dia da Defesa do Mangue (26 de julho)- Um apelo global à ação**

Desde o ano 2000, o dia 26 de julho tem se tornado data mundial de comemorações em favor dos manguezais. O assunto deste ano se intitula "Em nome das Comunidades Indígenas e Tradicionais e da Soberania Alimentar."

Quanto à campanha deste ano, a Rede Latino-americana pelos Manguezais, a Redmanglar International afirma que o Dia Internacional da Defesa do Mangue "proclama um apelo pelos direitos das comunidades indígenas e tradicionais dos manguezais com base no reconhecimento de nosso território onde construímos nossa cultura, nossa identidade e a base para nossa soberania alimentar."

A Redmanglar explica que "As comunidades indígenas e tradicionais dos manguezais da América Latina têm vivido e mantido uma milenar ligação vital com o ecossistema. Neste local nós depositamos sonhos; nós encontramos nosso passado, nosso presente e futuro. Aqui, nós vivemos com nossos avôs e avós, com nossos filhos e filhas, com nossos irmãos e irmãs da América e do mundo. Aqui nós defendemos juntos nosso território, nossos alimentos, nosso trabalho, nossa dignidade.



Neste 26 de julho desejamos que o mundo todo ouça nossas vozes-- as vozes das comunidades indígenas e tradicionais dos manguezais. Esperamos que essas vozes cheguem a nossas sociedades, às indolentes autoridades, aos empreendimentos depredadores. Almejamos que possamos nos escutar-- todas as vozes do Sul-- e que continuemos caminhando juntos em nome de nossos ideais."

Artigo baseado em informação de: "On Behalf of Indigenous and Traditional Communities and Food Sovereignty!, July 26th - International Mangrove Action Day", por Lider Gongora Farias, Presidente C-CONDEM, Secretário Executivo da Redmanglar International; <http://redmanglar.org/redmanglar.php?c=635>  
Alfredo Quarto, Director Executivo, Mangrove Action Project, [mangroveap@olympus.net](mailto:mangroveap@olympus.net),  
<http://www.mangroveactionproject.org>

[início](#)

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### - Benin: plantações de dendê em grande escala para agrocombustíveis

A corrida por agrocombustíveis chegou ao Benin. Com forte apoio do governo e como peça chave da "estratégia de renovação agrícola" promovida pelo programa de reestruturação do FMI, milhões de hectares de terras florestais e agrícolas estão destinadas à produção de agrocombustíveis para a exportação, sem qualquer discussão nem preocupação pelos impactos que isso terá sobre os beninenses, sua produção alimentar e seu meio ambiente.

A pesquisa realizada por Josea Doussou Bodjrenou da ONG Nature- Tropicale mostra como a discussão a respeito dos novos desenvolvimentos de agrocombustíveis tem versado claramente sobre a produção para a exportação e a maximização dos lucros. É difícil obter informações sobre os planos específicos de desenvolvimento, os objetivos territoriais, ou os acordos com empresas estrangeiras e governos; e existe um vazio legal na prática que permite que esses desenvolvimentos sigam em frente.

O Programa de Renovação Agrícola do Benin implicará significativos desenvolvimentos de dendezeiros, bem como a escalada do biodiesel derivado da *Jatropha* e amendoim e do bioetanol derivado de cana-de-açúcar, mandioca e outros cultivos.

O dendezeiro é nativo das zonas úmidas da África Ocidental. Já existem várias plantações de monoculturas de palmeiras no sul do Benin, mas isso serviria apenas como um alerta contra futuros desenvolvimentos, devido às complicações e dificuldades vivenciadas pelas comunidades que tentam vender os produtos derivados do dendê. As cooperativas comunitárias que coordenam essas vendas com o governo vêm sendo contaminadas por um histórico de corrupção e conflitos. Nesse cenário, as empresas particulares tomaram providências e se ofereceram a comprar o azeite diretamente das comunidades, a um preço maior. Mas quando as comunidades aceitaram a mudança, e entregaram seus produtos às indústrias, as empresas não lhes pagaram. As cooperativas de dendezeiro se encontraram em problemas, mas não contaram com a compreensão nem a ajuda do governo.

Agora, o governo visa entrar 300.000- 400.000 hectares de terra nas áreas úmidas de Oueme, Plateau, Atlantic, Mono, Couffo e Zou- no sul do Benin- para estabelecer plantações de dendê. Essa área abriga 50% da população do país em apenas 7,7% do território nacional. Isso sugere que os agrocombustíveis irão concorrer com a produção alimentar nas melhores terras agrícolas do Benin. Muitos cultivos alimentares também serão usados para a produção de agrocombustíveis. As indústrias receberão apoio para obterem terras para essas iniciativas. Mesmo que a política não seja clara a respeito de onde, ou de quem, essas terras provirão, é provável que os agricultores de pequena escala sejam excluídos quando seus interesses entrarem em conflito com as indústrias.

Observando as taxas de crescimento demográfico no Benin, especialmente nas áreas urbanizadas, é óbvio que manter o fornecimento de alimentos exigirá um aumento nos cultivos alimentares, especialmente de raízes. Mas fica claro que a produção de biocombustíveis levará os agricultores a destinar menos terras aos cultivos alimentares e assim acarretará insegurança alimentar. No norte do Benin, na região de Banikoara, os agricultores abandonaram a produção de cultivos alimentares em favor dos cultivos comerciais: algodão e amendoim. Hoje, abunda a insegurança alimentar. Nos locais em que eles conseguiam seus próprios alimentos, o WFP (Programa Mundial de Alimentos) e os Serviços de Assistência Católicos agora alimentam populações. O poder aquisitivo da maioria da população é muito baixo, e o aumento dos preços dos alimentos decorrentes dos estoques minguados, favorecerão as importações e a distribuição de alimentos de baixa qualidade, a dependência da ajuda alimentar, e possivelmente a entrada dos transgênicos, GMOs

O governo do Benin não admite abertamente que os ecossistemas serão destruídos em favor da produção de biocombustíveis. Mas é óbvio que ao incentivarem as indústrias em grande escala bem como a agricultura de pequena escala com o objetivo de encontrar centenas de milhares de hectares de terra para agrocombustíveis, haverá uma grande expansão das terras voltadas para o cultivo tanto de plantações alimentares quanto de agrocombustíveis. E ao mesmo tempo causará a entrada nas zonas úmidas remanescentes, florestas comunais e sagradas, terras não cultivadas e ecossistemas ricos em biodiversidade no sul do Benin.

Em sua pesquisa, Josea Doussou Bodjrenou observa que o Benin é diferente de outros países africanos, nos que a discussão sobre os biocombustíveis apenas se referiram à idéia de satisfazer as necessidades de segurança energética nacional. Contrariamente, o governo tem certeza que se trata de maximizar lucros tanto para as empresas privadas quanto para as estatais. No entanto, é improvável que esses lucros cheguem à pobre população rural do Benin.

Fala-se de enormes áreas de terras. Mesmo que não seja fácil saber qual a extensão de novas terras proposta no programa de renovação agrícola será destinada aos agrocombustíveis, está planejado que 3 milhões de hectares de novas terras serão atingidas pelo programa até 2011.

A escala dos planos para a produção de biocombustíveis no Benin não deixa dúvidas que a enorme pressão ameaçará a segurança alimentar, os direitos territoriais e os habitats ecológicos dos beninenses. Em um país que ainda está lidando com a exploração e a pobreza decorrente de um foco de produção algodoeira para exportação, uma transformação em grande escala voltada para agrocombustíveis só pode exacerbar os problemas que enfrenta a população rural pobre do Benin.

Artigo baseado em: "Biofuel case study: BENIN", resumo da pesquisa realizada por Josea Doussou Bodjrenou da Nature-Tropicale para o relatório "Agrofuels in Africa –The impacts on land, food and forests", African Biodiversity Network, julho de 2007. <http://www.gaiafoundation.org/documents/ABN%20Agrofuels%20Africa.pdf>

início

---

### **- Brasil: Povos Indígenas reiniciam ações para reaverem suas terras da Aracruz**

Em uma "Carta Aberta à População e às Autoridades Brasileiras", a Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani afirmam:

"Iniciamos hoje (24/07/2007) um conjunto de ações pacíficas como o objetivo de retomar a posse dos 11.009 hectares que nos pertence e que já foram exaustivamente identificados pela FUNAI como sendo terras tradicionalmente ocupadas por nós, Tupinikim e Guarani.

Inicialmente pretendemos paralisar o corte de eucalipto e retirar os não-índios que se encontram ilegalmente dentro

de nossas terras. Em seguida organizaremos mutirões para reconstruir algumas de nossas aldeias (Olho d'Água, Macacos e Areal) destruídas pela Aracruz Celulose quando invadiu nossas terras. Ergueremos casas e faremos plantios de alimentos e de mudas nativas para reflorestar nossas terras.

Com a paralisação do corte e retirada dos não-índios queremos resguardar os plantios de eucalipto para serem utilizados como pagamentos das indenizações devidas à Aracruz Celulose pelas benfeitorias existentes nos 11.009 ha. A paralisação do corte será estendida também a nós, indígenas, como mais uma demonstração da nossa vontade de colaborar para uma solução rápida e pacífica do problema.

No entanto, queremos reafirmar que nossas ações são motivadas pela demora do governo federal em solucionar uma disputa que já dura quase 40 anos. Sempre cumprimos com os compromissos assumidos com o governo, mas nem sempre o governo cumpriu com os seus. Vale lembrar que o ex-Ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos, em audiência pública na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em fevereiro de 2006, prometeu regularizar nossas terras até o final de 2006. Porém, em janeiro de 2007, pouco antes de se afastar do ministério, devolveu de forma irregular os processos para a FUNAI, apesar de ter em mãos todos os elementos necessários para assinar as portarias de delimitação de nossas terras. Recentemente, ou seja, 07 meses depois, o processo retornou ao Ministério da Justiça. Quanto tempo mais será necessário para a assinatura das Portarias e demais providências?

Por fim, queremos deixar claro que a nossa luta é pela retomada de nossas terras e não abriremos mão deste direito. A persistir o descaso e a demora do governo federal intensificaremos nossas ações para consolidar a posse sobre as terras dos nossos antepassados e de nossos filhos e netos, incluindo aí a retomada do corte de eucalipto pelas comunidades indígenas.

24 de julho de 2007, Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani

[início](#)

---

### **- Chile: as patas curtas da mentira florestal**

Foi no Chile onde "o modelo florestal" introduzido nos países do Sul, cabe dizer, o esquema de plantações em grande escala de monoculturas de árvores geralmente com destino à produção de celulose para exportação, se "vendeu" com maior força.

O regime militar de 1973 criou o quadro para a introdução das políticas neoliberais de desregulamentação, privatização e abertura econômica unilateral com as que se desenvolve o setor florestal, um dos sustentos da macro-economia chilena. A atividade florestal é a segunda em importância no Chile depois da mineração do cobre e aparece entre os dez principais produtos que concentram mais de 50% do valor total das exportações.

O que não se diz é que apesar de que as grandes companhias florestais têm contribuído com a criação de uma macro-economia excepcional, também é verdade que, de outro lado, tem gerado níveis de desigualdade social também excepcionais e uma substituição de florestas nativas por plantações de monoculturas de árvores exóticas que tem empobrecido e expulsado de suas terras ancestrais às pessoas que viviam em e dessas terras, provocando ao mesmo tempo deterioração da paisagem e dos fatores ambientais, entre eles especialmente a água. Os parágrafos seguintes, extraídos de um artigo publicado na revista Enlace (abril de 2007), mostram às claras os impactos sobre as pessoas e o ambiente:

Na época do ano de maior demanda de mão de obra, na comuna de Los Sauces, Província de Malleco, sul do Chile, a florestal Mininco apenas dá trabalho para 19 pessoas da comuna, com salários muito baixos. Em uma região onde antigamente havia trigais e florestas nativas de carvalhos, raulies e lingues, hoje as plantações exóticas de pinus radiata e de eucalipto abrangem quase dois terços dos solos agricultáveis. Nessa comuna principalmente rural e com

20% da população indígena mapuche se instalaram as maiores empresas da indústria madeireira: a Mininco, a Arauco, a Cautín, a Comaco, a Casino e a Tierra Chilena, entre outras. Como acontece em outras partes do país, seus enormes lucros causam perda de qualidade de vida para os povoadores locais. 33,8% da população vive entre a pobreza e a indigência.

A atividade agrícola caiu 22% nos últimos 10 anos, forçando pouco mais de 1.400 pessoas a emigrarem aos povoados onde formam cinturões de pobreza no meio da opulência das companhias florestais. Uma das razões é a falta de água, já que as plantações florestais têm ressecado os solos. Cada verão a municipalidade deve distribuir água em caminhões para o consumo doméstico.

Mas além da falta de água está o problema da poluição com agrotóxicos. Os vizinhos dos setores rurais Porvenir Bajo e Porvenir Alto sofrem sérios problemas pelas fumigações que realiza a florestal Comaco. Os agrotóxicos, principalmente herbicidas (glifosato e simazina) são espalhados de forma mecânica ou manual antes de plantar e em diferentes momentos do primeiro estágio de crescimento das árvores, poluindo rios, esteiros e acéguas.

María Martínez vive com seu marido em uma pequena propriedade co-lindante com uma plantação de pinus e sua única fonte de fornecimento de água é o esteiro próximo. De aí se abastecem para o consumo familiar para dar de beber aos animais e regar os cultivos. "Eu tenho sentido dores de estômago" diz ela com preocupação. Dez de suas doze ovelhas morreram e ela está convencida que se envenenaram com praguicidas, "porque a empresa tem fumigado a beira do esteiro".

Os vizinhos denunciaram que se aplicam agrotóxicos até na beira do caminho público. Uma acéquia que corre paralela ao caminho arrasta águas turvas de suspeita cor brancacenta e nas beiras a vegetação aparece queimada. No verão os caminhões da empresa florestal vão e vêm a todas horas levantando nuvens de pó (com resíduos de praguicidas) que ingressam nas casas, danificam o pasto do que se alimentam os animais e inutiliza os produtos dos hortos familiares.

Em Los Sauces há razões para recear dos venenos químicos. Em 1997 morreu uma mulher de 70 anos e uma criança de 14, intoxicados por um raticida anticoagulante (bromadiolona) espalhado pela empresa Bosques Arauco. Nessa ocasião se intoxicaram várias pessoas, morreram animais domésticos e reses. Depois faleceu uma criança que tinha comido fungos silvestres que sua família, como muitas outras, colhiam e consumiam frequentemente sem ter tido antes qualquer mal-estar. Também o pai do menor resultou intoxicado, apesar de que conseguiu salvar-se. Como se desenvolveu uma polêmica a respeito da causa, a municipalidade encarregou um estudo à Universidade Austral de Valdivia onde se indica que "a dispersão descontrolada de grandes quantias de substâncias tóxicas como pesticidas (herbicidas, inseticidas, fungicidas, etc.) empregados na agricultura, pode transformar em venenosos fungos silvestres que são normalmente comestíveis".

Na comunidade mapuche Lorenzo Quilapi Cabetón, no setor de Queuque, de Los Sauces, a maioria dos jovens tem emigrado em procura de trabalho. "Sofremos muito por causa das companhias florestais" diz Pilar Antileo. Sua família já não tem horto, "não se pode plantar sem água". Chegaram a ter 150 aves que produziam ovos "para o consumo familiar e para a venda, mas agora não se pode porque as raposas que soltaram as companhias florestais para que comeram os coelhos [que afetavam os pinus], também se comem as galinhas". Depois de uma fumigação aérea se intoxicaram várias pessoas que consumiram fungos silvestres. "Faleceu uma senhora, Margarita Espinoza. E uma criança de 13 anos achou coelhos mortos e os levou para sua casa. Os comeram e ficaram doentes. A criança morreu e sua mãe continua doente até hoje. Outra mulher, Mercedes Huenchuleo, foi ao cerro a ver os animais e sentiu um mau cheiro. Ficou doente e faleceu. Disseram que teve uma parada cardíaca", aponta Pilar. Há outros casos de morte duvidosas que a gente associa aos praguicidas.

No setor Guadaba Abajo começaram a fumigar com aviões há três anos, em plantações da Florestal Cautín. Ireni Polma, da comunidade Antonio Pailaqueo diz que as abelhas de sua família morreram e que ela desde a época sofre

uma alergia permanente no rosto.

Os herbicidas mais utilizados em Los Sauces são simazina e glifosato (Rango e Roundup). O primeiro deles é vendido no Chile com etiqueta "verde" (que supostamente indica baixa toxicidade) mas seu uso está restringido na União Européia desde 2002.

Aos impactos denunciados por RAPAL nesse artigo se acrescentam outros mais recentes. Agora pareceria que as companhias florestais lançarão mão de ainda mais venenos já que uma doença –desconhecida até hoje- está atacando as grandes monoculturas de pinus insigne. Tratar-se-ia de um fungo, que ataca as folhas e as seca até deixá-las como "queimadas". A gradativa queda das folhas não causa apenas uma menor taxa de crescimento, mas também torna as árvores mais suscetíveis ao ataque de outras doenças que eventualmente as levam à morte.

Os primeiros ataques do chamado "estrageo folhar do pinus" foram detectados em 2003, mas o alarme espalhou-se somente em finais do ano passado, quando a praga passou de afetar apenas alguns terrenos isolados a cobrir aproximadamente 100 mil hectares. A maioria das plantações prejudicadas estão no sudoeste da Região do Biobío, na província de Arauco, onde mais da metade da superfície está ocupada por plantações de pinus insigne.

Uma das principais companhias plantadoras –a Florestal Arauco- já começou a realizar fumigações aéreas que, como não podia ser de outra maneira, provocaram diferentes estragos nas comunidades próximas às plantações. De acordo com informações da imprensa "alguns povoadores asseguram que uma vez que passaram os aviões, adultos e crianças começaram a apresentar sintomas como irritação nos olhos, dores de cabeça, náuseas, vômitos e diarreia". Inclusive vários apicultores asseguraram que "os fungicidas provocaram a morte de quase a metade de suas colméias de abelhas."

Essa é então a amarga contraface do "bem-sucedido modelo florestal chileno": destruição e deterioração do meio ambiente e expulsão, desemprego, doenças e morte para as comunidades locais; tudo isso para sustentar os lucros de umas poucas empresas.

O "bem sucedido" modelo florestal tem uma base muito débil e a mentira de seu sucesso, as patas curtas...

Artigo baseado em informação obtida de: "Chile: ¿un caso modelo? Desafíos en los umbrales del siglo XXI", Claudio Maggi/ Dirk Messner, INEF1, <http://www.meso-nrw.de/modelo.pdf>; "Las plantas de celulosa y el sector forestal. Visión de la agrupación de ingenieros forestales por el bosque nativo (AIFBN)", [http://www.ecosistemas.cl/1776/articles-74477\\_recurso\\_1.pdf](http://www.ecosistemas.cl/1776/articles-74477_recurso_1.pdf); "Venenos en las forestales", Revista Enlace, N° 76, abril de 2007; "La misteriosa enfermedad que inquieta a las compañías forestales. La otra plaga de Arauco", Nación Domingo, por Darío Zambra ([http://ln.fica.cl/muestra\\_noticia.php?id=3010](http://ln.fica.cl/muestra_noticia.php?id=3010)), enviado por Lucio Cuenca, e-mail: [l.cuenca@olca.cl](mailto:l.cuenca@olca.cl)

início

---

### **- República do Congo: milhares de hectares de terras para eucaliptos, dendezeiros e mineração**

Entre 1991 e 2001, a Shell Renewables- uma divisão da Shell Oil International- implementou suas operações florestais com base na plantação de eucaliptos clonados de rápido crescimento (vide Boletim 46), com o intuito de estabelecer uma fonte de biomassa de alto rendimento para a futura geração de energia.

Posteriormente, a Shell vendeu suas plantações. Recentemente, a MagForestry- a divisão florestal da MagIndustries, uma empresa canadense envolvida em projetos industriais e energéticos na África Central (com maior ênfase na República do Congo e na República Democrática do Congo)- tomou o controle da plantação de eucaliptos de 68.000 hectares que antes pertencia à Shell, através da aquisição de todas as ações da Eucalyptus Fibre Congo S.A. (EFC),

a arrendatária da plantação industrial.

Atualmente, a EFC tem um acordo exclusivo de concessão florestal de 50 anos com o governo da República do Congo, renovável por parte da EFC por um período adicional de 21 anos. Isso faz possível que a MagForestry se aproprie de milhares de hectares de terras para desenvolver não apenas uma atividade florestal que produz escassas vagas de trabalho, mas também para garantir direitos territoriais no longo prazo para as divisões voltadas para a mineração: A MagMining e os campos de salmoura, a MagMinerals e sua planta de potassa e a MagMetals e sua fundição de magnésio.

As plantações de eucaliptos estão localizadas nas proximidades de Pointe- Noire, cidade-porto sobre o Atlântico, de onde a MagForestry pode enviar seus embarques aos portos marítimos de Antwerp na Bélgica e Roterdã nos Países Baixos, prontos para ser distribuídos por toda a Europa ou ser exportados novamente a qualquer canto do mundo.

Outro negócio florescente é adicionado ao pacote. O auge do combustível de biomassa impulsionou a MagForestry a começar a construção de uma planta de lascagem de madeira com capacidade de 500.000 toneladas ao ano, com o intuito de tornar-se um fornecedor importante para o mercado mundial de biomassa, que está aumentando rapidamente.

Ao mesmo tempo, a empresa espanhola Aurantia está investindo em um grupo de plantações de palmeiras na República do Congo com o objetivo de produzir biodiesel a partir do azeite. Ainda estão em andamento os estudos de factibilidade para analisar as diferentes plantações e localizações das fábricas, e para avaliar o estado da infraestrutura logística existente no país.

O tamanho real do investimento ainda não foi desvendado e a empresa não oferece nenhum elemento para compreender como se considera dentro do contexto de sustentabilidade e da fragilidade do meio ambiente congolês, nem como irá garantir que o azeite seja produzido de forma respeitosa com o ambiente.

Enquanto isso, perigosos resultados de um estudo encomendado pela União Européia e realizados pelo CIRAD anunciam que o Congo " tem cerca de 12 milhões de hectares de terras adequadas para o estabelecimento de plantações de monoculturas destinadas à energia (tais como eucaliptos e acácias)". Isso pode implicar que os grupos privados tomarão posse dos 12 milhões de hectares de terra para expandirem seus negócios.

Grandes negócios nas terras congolêsas....para grandes companhias.

Artigo baseado em: "500,000 tonne mill for energy wood chips in the Republic of Congo", Biopact, <http://biopact.com/2006/11/500000-tonne-mill-for-energy-wood.html>; "Une société espagnole veut investir dans l'exploitation de l'huile de palme au Congo", Congoplus.info, [http://www.congoplus.info/tout\\_larticle.php?id\\_article=2269](http://www.congoplus.info/tout_larticle.php?id_article=2269); "Spanish company Aurantia to invest in Congo's palm oil sector for biodiesel", Biopact, <http://biopact.com/2007/03/spanish-company-aurantia-to-invest-in.html>

[início](#)

---

### **- Indonésia: agrocombustível de dendzeiro- os pobres o pagam com o aumento dos preços do óleo comestível**

Apesar dos avisos formulados pelas autoridades, o preço do óleo comestível não baixou no mercado interno indonésio. Pelo contrário, em junho continuou subindo.

Há um ano, a Malásia e a Indonésia, os principais produtores mundiais de azeite de dendê, decidiram destinar quase 40 por cento-- seis milhões de toneladas-- de sua produção de azeite de dendê cru à produção de biodiesel. Alguns

analistas industriais tinham prevenido que essa providência poderia provocar um aumento dos preços do óleo comestível, tornando mais cara a compra de óleos vegetais tanto para alimentação quanto para uso em energia.

O aumento da demanda de combustíveis bem como os altos preços de outros óleos vegetais-- como o óleo de soja nos Estados Unidos--, também foi uma das causas da subida dos preços do azeite de dendê. Isso provocou que nos lares pobres da Indonésia seja consumido o óleo comestível já empregado, que é vendido depois de ter sido usado para cozinhar.

O auge dos agrocombustíveis não tem provado ser benéfico para as populações locais. O preço do óleo comestível pulou até atingir a cifra máxima de 9.000 rúpias, o quilo. E a condição mais grave é o caso de um povoado indonésio no distrito de Tebo, um centro de plantações de dendezeiros na província de Jambi, onde em junho o preço do quilo de óleo comestível atingiu as 10.000 rúpias-- equivalente a 250 dólares.

Na Indonésia, as companhias palmicultoras são obrigadas a destinar uma porcentagem do azeite de dendê cru para ser processado como óleo comestível. Porém, na província de Riau, cerca de 18 companhias jamais cumpriram essa exigência. Na região de Sumatra, a empresa está mais interessada em vender o azeite de dendê cru no mercado internacional do que vendê-lo ao preço mais baixo do mercado interno.

O óleo comestível é um dos nove alimentos básicos da Indonésia. A escalada do preço do óleo comestível coloca em risco as fontes de trabalho, provocando impactos nas indústrias familiares tais como as que vendem batatas fritas, bolo de soja fermentada e tofu, as quais já começaram a falir.

Os altos preços do óleo comestível afetaram não apenas as rendas das pessoas como também sua saúde. As comunidades pobres que não podem pagar o azeite de dendê comestível compram o óleo oplosan – óleo de cozinha usado. Em outros casos, os vendedores de óleo comestível que não querem perder seus níveis de renda misturam o óleo usado que vendem para sua reutilização, com um produto químico que aclara sua cor. Em ambos casos, o resultado se afasta muito dos critérios de saúde.

Em efeito, é um preço muito alto que os pobres devem pagar para sustentar a febre dos agrocombustíveis.

Artigo baseado em: "Biofuel for machine, 'Jelantah Oil' for human", SETARA, enviado por Rivani Noor CAPP, e-mail: [rivani@cappa.or.id](mailto:rivani@cappa.or.id), [www.cappa.or.id](http://www.cappa.or.id); "Malaysia - Indonesia Set Palm for Fuel, Market Soars", Naveen Thukral, Reuters News Service 2007, <http://www.planetark.com/avantgo/dailynewsstory.cfm?newsid=37356>

[início](#)

---

### **- Papua- Nova Guiné: as mulheres, as maiores afetadas pelas plantações de dendezeiros**

Vastas áreas das florestas da Papua- Nova Guiné (PNG) têm sido clareadas para abrir caminho a plantações de dendezeiros destinadas à exportação, que foram estabelecidas sob o "Programa de Propriedades de Núcleo e Pequenos Proprietários" (Nucleus Estate Smallholder Scheme). Isso significa que uma empresa, além de ter sua própria plantação, contrata pequenos agricultores para ser abastecida com o fruto do dendezeiro. A estrutura do Programa de Propriedades de Núcleo e Pequenos Proprietários e a própria natureza do dendezeiro causam sérias preocupações à sociedade civil.

A maioria dos impactos sociais e ambientais das plantações de dendezeiros tem sido amplamente documentada (vide boletins 104, 86, 74 do WRM). No entanto, uma questão que tem recebido pouca atenção é o fato de as plantações de dendezeiros terem impactos diferenciados por gênero.

Por exemplo, as empresas dendezeiras pagam salários só aos homens, mesmo que as mulheres- e até a família

toda- trabalhem na colheita do fruto do dendezeiro. Isso significa que os homens podem gastar o dinheiro que recebem do jeito que bem entenderem, enquanto as mulheres ficam sem pagamento. Além disso, o fato de as mulheres trabalharem muitas horas e exaustivamente nas plantações de dendezeiros em troca de uma escassa recompensa, significa que, no final do dia, elas estão cansadas demais para realizar adequadamente a carga extra de cozinhar e tomar conta das crianças.

O cultivo, a coleta e a caça de alimentos faz parte importante da cultura da PNG. As mulheres vendem mercadorias nos mercados do povoado e assim obtêm uma renda. Ao mesmo tempo, essa atividade oferece uma valiosa oportunidade de socializar com outras mulheres do povoado. Quando as terras consuetudinárias são transformadas em plantações de dendezeiros, muitas dessas antigas tradições se perdem e as mulheres ficam sem a renda e sem a oportunidade de socializar.

Preocupados com as mudanças que o dendê está gerando na comunidade e com a poluição decorrente das fábricas dendezeiras que afetam os rios e a saúde das crianças, um grupo de mulheres locais criou a Associação de Mulheres Sorovi. A Associação visa reunir as mulheres com o intuito de discutirem e encontrarem soluções práticas para essas problemáticas.

As atividades da associação incluem o desenvolvimento de capacidades a respeito dos impactos sociais e ambientais decorrentes das plantações de dendezeiros e do processo de produção do azeite de dendê. Ao mesmo tempo, a associação também está trabalhando para ajudar as mulheres a obter rendas, gerando atividades de pequena escala que elas possam empreender a fim de reduzir sua dependência do cultivo do dendê e assim ganhar-se a vida e sustentar a família.

Não é necessário convencer a população local sobre o valor dos recursos naturais- dependem deles diariamente para sobreviverem. Eles precisam terras para seus hortos, que ainda satisfazem as necessidades alimentares diárias da maioria dos habitantes da PNG. Eles precisam ter acesso às florestas para coletar lenha e madeira a fim de construir suas moradias e canoas. Eles dependem de rios saudáveis para beber, cozinhar e tomar banho. O ditado na Papua- Nova Guiné é "Graun Em Laip- a terra é vida! Enquanto você tiver terra e florestas você terá um teto e não passará fome! Infelizmente, as plantações de dendezeiros têm impactos negativos em todos esses aspectos e são as mulheres as que sofrem mais.

início

---

## NOVAS TENDÊNCIAS

### - 'Redução de Emissões por Desmatamento' (REDD): o comércio de carbono pode salvar nossos ecossistemas?

Neste ano, na COP13 em Bali, o grupo de trabalho sobre a redução do desmatamento tropical deve informar. Espera-se, das discussões realizadas até agora, que as propostas baseadas no programa de Pagamentos por Serviços Ambientais da Costa Rica (serviços facilitados pelas florestas tais como sequestro de carbono, sustentabilidade da biodiversidade e alimentação do ciclo de chuvas) sejam recomendadas em uma nova proposta de política, conhecida informalmente como "desmatamento evitado". O desmatamento evitado será proposto sob o título de Reduções de Emissões por Desmatamento nos países desenvolvidos ou REDD. A cifra da 'redução' ainda não foi decidida mas uma fórmula descrita como a opção 50-50-50; ao reduzir os índices de desmatamento em 50% para 2050 e então continuar o desmatamento nesse ritmo até 2100, no final alega-se que serão poupados 50 bilhões de toneladas de emissões de carbono. Esta opção defendida pelo Dr. Peter Canadell da CSIRO Marine and Atmospheric Research e o Global Carbon Project parece estar ganhando apoio.

Um fator na escolha de uma cifra menor que 100% parece ser o tamanho dos pagamentos por compensação; por



exemplo o Relatório Stern de 2006 cita pagamentos de \$5 a \$10 bilhões ao ano por uma redução de 70% no desmatamento. Outros fatores incluem os interesses criados de corporações e governos que apoiam o "desmatamento evitado" que simultaneamente aprovam o atual uso de florestas primárias para produtos florestais e plantações de monoculturas incluindo os cultivos para biocombustível. Fica claro que o 'desmatamento evitado' legitima tal destruição em todas as florestas não cobertas pelos pagamentos.

O Banco Mundial está dirigindo o estabelecimento de um projeto piloto de 'desmatamento evitado' de \$250 milhões com o intuito de pagar aos governos para não transformarem partes de suas florestas em plantações. Isso também faz parte de um plano bem maior para um megafundo chamado Aliança Florestal Global (GFA), uma parceria entre o Banco Mundial, empresas plantadoras e madeireiras, institutos científicos, doadores empresariais e importantes ONGs conservacionistas tais como o WWF, Nature Conservancy Council e Conservation International. O WWF já está negociando com o governo indonésio para usar um fundo similar para proteger 1 milhão de hectares da classificada 'floresta de conservação' na Papua Ocidental já que os 9 milhões de hectares remanescentes da floresta de conservação foram aprovados, por defeito, para desmatamento.

Desde uma perspectiva sistêmica, tais propostas tratam o problema de forma superficial ou sintomática- desmatamento descontrolado- sem lidar com o problema fundamental de a biosfera estar em um estado de déficit crítico de sumidouros de carbono (produzimos 50% a mais emissões das que são absorvidas pelos sumidouros de carbono) e alguns ecossistemas estão à beira do colapso.

Os 7 argumentos a seguir resumem como um pensamento não sistêmico- impregna todo o debate e expõe ao risco de os ecossistemas se destruírem e a mudança climática piorar rapidamente.

1. A Amazônia, agora no terceiro ano de seca pode estar à beira do colapso do ecossistema em grande escala. Isso desencadearia emissões de mais de 120 bilhões de toneladas de carbono provocando uma mudança climática catastrófica e abrupta. Tudo o que não seja uma completa paralisação do desmatamento na Amazônia aumenta a probabilidade desse resultado. Isso é uma paródia dos 50 bilhões de toneladas das emissões de carbono evitadas conforme a proposta 50-50-50 tratada anteriormente.

2. Uma visão sistêmica do 'princípio de compensação' incluiria considerações equitativas. Apenas na Indonésia, 35 dos 65 milhões de pessoas estão prestes a ser deslocadas de seus lares em decorrência das plantações para biodiesel, no entanto o 'desmatamento evitado' visa compensar as corporações e os governos por suas verbas perdidas!

3. Stern estima que administrar, monitorar e impor a proibição da destruição das florestas custaria de \$12 a 93 milhões ao ano. Isso é menos que uma centésima parte da estimativa de Stern de \$5 a \$10 bilhões para proteger 70% das florestas mundiais. Estes enormes pagamentos só podem ser mantidos em um forte ambiente econômico fazendo um protocolo vulnerável a uma recessão global ou pressões inflacionárias, que são prováveis e que poderiam fazer que o REDD fosse impossível de sustentar. As conseqüências de diminuir os pagamentos do 'desmatamento evitado' são óbvias. Até agora não há nem um exemplo de projeto bem sucedido de 'pagamentos por serviços ambientais' que esteja fundamentado unicamente no comércio do carbono ou unicamente em abordagens baseadas no mercado. Os programas louvados como bem-sucedidos incluem no máximo 10% de finanças de carbono.

4. As propostas da REED são inerentemente incompatíveis com a máxima quota mundial de emissões para carbono. Sem um máximo predeterminado cientificamente ou sobre emissões, as reduções são ad hoc e sem sentido sob o ponto de vista de estabilização do clima.

5. Ao atribuir um valor monetário às florestas e aos requerimentos do comércio do carbono são necessárias cifras de emissões e inventários de carbono. As avaliações têm uma variabilidade multiplicada por 10, o que as faz pouco

fiáveis e propensas ao abuso.

6. Ao estabelecer um objetivo para o desmatamento evitado, é provável que sejam frustrados os apelos dos povos indígenas, organizações conservacionistas e cientistas por maior proteção da floresta já que as florestas sem compensação monetária se tornam legitimamente abertas à mudança do uso da terra

7. Ainda que não resolvido, se o 'desmatamento evitado' exclui a atividade madeireira industrial 'seletiva', a degradação será acelerada novamente. A atividade madeireira seletiva pode reduzir o carbono retido nas florestas mais de 70% e leva a importantes perdas de biodiversidade, desidratação e suscetibilidade aos incêndios.

Em contraste com o que foi exposto, uma abordagem sistêmica considera as causas fundamentais e tenta oferecer soluções básicas. A garantia dos direitos territoriais das comunidades indígenas e o apoio à posse comunitária e o manejo florestal, por exemplo, são mostras bem-sucedidas de como deter o desmatamento. O papel desenvolvido pelos povos indígenas, e particularmente pelas mulheres que têm um longo histórico na salvaguarda das florestas funciona como uma espiral amplificadora, uma das quais pode ser estendida para incluir a restauração de terras degradadas e clareadas.

Uma proibição ao desmatamento é também uma abordagem sistêmica porque reconhece que nossa reduzida capacidade de sumidouros de carbono já está perigosamente ultrapassada, quer dizer, é inadequada para manter a maior parte da vida sobre a terra. Quando o governo paraguaio estabeleceu uma moratória sobre a metade oriental do país, o desmatamento foi reduzido em 85%. Também foram estabelecidas moratórias bem-sucedidas sobre o desmatamento na Costa Rica, China e Tailândia.

O apoio aos direitos territoriais, o financiamento para a restauração, a inserção da educação e da conscientização através de iniciativas e a implementação de punições para o descumprimento da proibição debilitaria o influente grupo de corporações e a preconceituosa política governamental e simultaneamente geraria as reações em cadeia necessárias para restaurar os ecossistemas e estabilizar o clima.

Síntese feita por Almuth Ernsting <almuthbernstinguk[at]yahoo.co.uk> e Deepak Rughani, <dee.rughani[at]btinternet.com>,

Relatório completo sobre 'Reduced Emissions From Deforestation': Can Carbon Trading Save Our Ecosystems? dos mesmos autores, disponível em: [http://www.biofuelwatch.org.uk/docs/Avoided\\_Deforestation\\_Full.pdf](http://www.biofuelwatch.org.uk/docs/Avoided_Deforestation_Full.pdf)  
<info[at]biofuelwatch.org.uk>

[início](#)

---

## **- Vozes do Norte e do Sul contra os agrocombustíveis**

Ao tempo que continua aumentando a promoção dos agrocombustíveis- mal chamados biocombustíveis- e a instalação de mais e mais plantações nos países do Sul para produzi-los, muitas são as vozes de representantes do Norte e do Sul que denunciam seus impactos e tentam influenciar aqueles que tomam as decisões para promovê-los.

Uma das decisões, que já está gerando um considerável aumento da produção de agrocombustíveis, é a adotada pela União Européia que estabelece como objetivo para 2020 que 10% do combustível usado para transporte seja agrocombustível.

É importante apontar que essa decisão foi tomada apesar da grande quantidade de documentação que chegou à União Européia na qual estava fundamentado o prejuízo que ela provocaria à grande maioria da população mundial, que habita nos países do Sul.

A finais de junho deste ano, mais de 15 representantes de ONGs, organizações de Povos Indígenas e outros movimentos sociais mantiveram reuniões no Parlamento Europeu em Bruxelas, no parlamento holandês em Haia e com representantes de governo e organizações europeias e participaram da XII reunião do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica do Convênio da ONU sobre Diversidade Biológica que ocorreu em Paris. Muitos foram os testemunhos sobre os impactos diretos e indiretos das monoculturas em grande escala decorrentes da produção de agrocombustíveis nos países do Sul.

Entre outros, os representantes da Ásia afirmaram que as plantações de dendezeiros constituem um enorme desastre para as comunidades locais e povos indígenas na Indonésia e Papua- Nova Guiné.

Os representantes da América Latina descreveram como as monoculturas de soja, cana-de-açúcar e eucalipto têm causado migração maciça, expulsão de pequenos produtores e têm aumentado a pobreza rural e urbana no Brasil; como os agrocombustíveis na Colômbia estão exacerbando os problemas de soberania e posse da terra, que são causa fundamental de conflito no país; e como as plantações de árvores- inclusive as certificadas pelo FSC- estão gerando impactos negativos sobre as pessoas e o ambiente no Uruguai.

Os representantes africanos apontaram que os recursos hídricos, a biodiversidade, a segurança, a saúde e as economias das comunidades locais vêm sendo afetadas nos países em que as monoculturas de árvores já são uma realidade.

Nesses dias, organizações da sociedade civil do Norte e do Sul solicitaram à União Européia uma moratória nas importações de agrocombustíveis provenientes de monoculturas em grande escala, bem como na sua promoção através de objetivos e incentivos, tais como isenções impositivas, subsídios e financiamento por meio de mecanismos de comércio de carbono, ajuda internacional para o desenvolvimento ou empréstimos das instituições financeiras como o Banco Mundial. Tal moratória poderia dar tempo para fazer um estudo em profundidade sobre os terríveis impactos já constatados pela expansão de monoculturas em grande escala destinadas a fornecer outras indústrias, como a da celulose e do papel.

Em Paris, durante a reunião das Nações Unidas do órgão científico assessor em biodiversidade, uma grande maioria dos delegados de governo expressaram sérias preocupações sobre os riscos da produção de agrocombustíveis sobre florestas, ecossistemas, povos indígenas e comunidades locais. Um número importante de ONGs e organizações de Povos Indígenas de todo o mundo presentes nessa reunião também expressaram sua preocupação pelos riscos e fizeram um chamado para serem avaliados antes de continuar com a promoção dos agrocombustíveis.

Enquanto isso tudo acontecia na Europa, representantes de organizações presentes no Encontro Internacional de Agrocombustíveis e Soberania Alimentar, reunidos em Quito de 27 a 29 de junho entregavam pessoalmente uma carta ao Ministro da Energia, contendo uma dura mensagem para seu governo:

“O governo atual tem na sua frente duas alternativas: apoiar um modelo de produção diverso, sustentável, para garantir tanto a soberania alimentar, quanto a continuidade da forma de vida dos povos indígenas, afro-descendentes e camponeses e a conservação da biodiversidade; ou apoiar os agronegócios. Esperamos que a decisão do governo seja em favor dos povos”.

Essa carta é válida para todos os governos, tanto do Norte quanto do Sul, que hoje estão tomando decisões a respeito da questão dos agrocombustíveis. Por elas será possível determinar se estão a favor ou contra dos povos.

Artigo elaborado com base na informação do Relatório do Debate “Biocombustibles: implicancias para el Sur” Parlamento holandês, La Haya, junho 29, 2007, por GFC e CEO, disponível em inglês em: <http://www.wrm.org.uy> ; informação publicada pelo WRM durante a reunião do SBSTTA em Paris, disponível em: [http://www.wrm.org.uy/actors/BDC/SBSTTA/news\\_SBSTTA.html](http://www.wrm.org.uy/actors/BDC/SBSTTA/news_SBSTTA.html), e a Declaração de Quito sobre Agrocombustíveis

em: [http://www.wrm.org.uy/temas/Biocombustibles/Declaracion\\_Quito.html](http://www.wrm.org.uy/temas/Biocombustibles/Declaracion_Quito.html)

[início](#)

---

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês  
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985  
[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)  
<http://www.wrm.org.uy>

